

NOTÍCIAS CNTV/

VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 16/Out

DIEESE cntv@terra.org.br | (61) 3224-1658 | www.cntv.org.br | Edição 3069- Ano 2023



RIO GRANDE DO SUL

ATENÇÃO: A CAMPANHA SALARIAL JÁ COMEÇOU. TEMOS ASSEMBLEIAS NA PRÓXIMA SEMANA. PARTICIPEM!

(Foto: Sindivigilantes do Sul)



Este ano a luta por melhores salários e mais direitos vai começar mais cedo.

A data-base da categoria é 1º de fevereiro, mas na próxima semana, a partir de segunda-feira, já teremos as primeiras assembleias da campanha salarial, para discussão e aprovação da pauta de reivindicações que será entregue à patronal para negociação

Serão oito assembleias nesta primeira rodada. O edital de convocação foi publicado hoje (11), no jornal Correio do Povo.

“É hora dos trabalhadores e trabalhadoras da segurança privada se unirem numa grande mobilização, para defender direitos e conquistar avanços importantes na nova Convenção Coletiva de Trabalho”, disse o presidente do sindicato, Loreni Dias.

Veja abaixo a agenda completa, com os locais e horários, e venha participar.

Porto Alegre – 16/10 – Segunda-Feira
Local: Sindicato dos Ferroviários
Endereço: R. Voluntários da Pátria, 595/505
Horário/Manhã: 08h e, em segunda chamada, 08h30 com qualquer quórum.
Horário/Noite: 19h30 e, em segunda chamada, 20h com qualquer quórum.
Camaquã – 16/10 – Segunda-feira
Local: Sindicato dos Comerciantes
Endereço: R. João Brandão, 88 – B. São José
Horário: 19h e, em segunda chamada, 19h30.
Charqueadas – 16/10 – Segunda-feira
Local: Sindicato dos Metalúrgicos
Endereço: R. José Athanásio, 836-952
Horário: 19h e, em segunda chamada, 19h30
São Luiz Gonzaga – 17/10 – Terça-feira

Local: Sindicato dos Bancários
Endereço: R. Bento Soeiro de Souza, 2780
Horário: 19h e, em segunda chamada, 19h30
Santo Ângelo – 18/10 – Quarta-feira
Local: Sindicato dos Bancários
Endereço: R. Andradas, nº 1161, B. Centro
Horário: 19h e, em segunda chamada, 19h30
Horizontina – 19/10 – Quinta-feira
Local: Associação dos Metalúrgicos
Endereço: RS 342, Km 20
Horário: 19h e, em segunda chamada, 19h30
Santo Augusto – 20/10 – Sexta-feira
Local: Galpão do Horário
Endereço: R. Candido Rondon, 100
Horário: 19h e, em segunda chamada, 19h30
Frederico Westphalen – 21/10 – Sábado
Local: Sindicato dos Bancários
Endereço: R. do comércio, 535, B. Centro
Horário: 09h e, em segunda chamada, 09h30
TUA PRESENÇA FAZ A DIFERENÇA, PARTICIPE!

Edital publicado no Correio do Povo

SINDICATO PROFISSIONAL DOS VIGILANTES, EMPREGADOS DE EMPRESAS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA E DOS TRABALHADORES EM SERVIÇOS DE SEGURANÇA, VIGILÂNCIA, SEGURANÇA PESSOAL, CURSOS DE FORMAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO DE VIGILANTES, SIMILARES E SEUS ANEXOS E AFINS DE PORTO ALEGRE, REGIÃO METROPOLITANA E BASES INORGANIZADAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – SINDI VIGILANTES DO SUL –

EDITAL

O SINDICATO PROFISSIONAL DOS VIGILANTES, EMPREGADOS DE EMPRESAS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA E DOS TRABALHADORES EM SERVIÇOS DE SEGURANÇA, VIGILÂNCIA, SEGURANÇA PESSOAL, CURSOS DE FORMAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO DE VIGILANTES, SIMILARES E SEUS ANEXOS E AFINS DE PORTO ALEGRE, REGIÃO METROPOLITANA E BASES INORGANIZADAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – SINDI VIGILANTES DO SUL, entidade sindical de 1º Grau, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 91.343.293/0001-65, com sede em Porto Alegre, RS, à Rua Voluntários da Pátria, 595, sala 501, Bairro: Centro, CEP 90.039-900, pelo presente, através da representação legal do seu Presidente, Loreni dos Santos Dias, (252.914.080-49), conferida pelo Estatuto Social desta entidade, **CONVOCA** todos(as) os trabalhadores representados, para participarem das **ASSEMBLÉIAS GERAIS ORDINÁRIAS** que fará realizar em **Porto Alegre/RS**, dia **16/10/2023**, tendo como local: Sindicato dos Ferroviários, Rua: Voluntários da Pátria, nº 595 sala 505 Bairro: Centro, em primeira sessão, com primeira chamada, às 08:00hs e, em segunda chamada, às 08h30min, e em segunda sessão, com primeira chamada às 19h30min e, em segunda chamada, às 20h00min, com qualquer número de trabalhadores presentes; **Camaquã/RS**, no dia **16/10/2023**, tendo como local: Sindicato dos empregados no comércio de Camaquã, Rua João Brandão, 88 – Bairro: São José, em única sessão, com primeira chamada às 19:00hs e, em segunda chamada às 19h30min, com qualquer número de trabalhadores presentes; **Charqueadas/RS**, no dia **16/10/2023**, tendo como local: Sindicato dos Metalúrgicos de Charqueadas, Rua José Athanásio, nº 836-952 Bairro: Cruz de Malta, em única sessão com a primeira chamada às 19:00hs e em segunda chamada, às 19h30min, com qualquer número de trabalhadores presentes; **São Luiz Gonzaga/RS**, no dia **17/10/2023**, tendo como local: Sindicato dos Bancários, Rua: Dr. Bento Soeiro de Souza, nº 2780 Bairro: Centro, em única sessão com a primeira chamada às 19:00hs e, em segunda chamada, às 19h30min, com qualquer número de trabalhadores presentes; **Santo Ângelo/RS**, dia **18/10/2023**, tendo como local: Sindicato dos Bancários, Rua: dos Andradas, nº 1161, em única sessão com a primeira chamada às 19:00hs e segunda chamada, às 19h30min, com qualquer número de trabalhadores presentes; **Horizontina/RS**, no dia **19/10/2023**, tendo como local: Associação dos Metalúrgicos de Horizontina, RS 342, KM 20, em única sessão com a primeira chamada às 19:00hs e, em segunda chamada, às 19h30min, com qualquer número de trabalhadores presentes; **Santo Augusto/RS**, no dia **20/10/2023**, tendo como local: Galpão do Horário, Rua Candido Rondon, nº 100, em única sessão com a primeira chamada às 19:00hs e, em segunda chamada, às 19h30min, com qualquer número de trabalhadores presentes; **Frederico Westphalen/RS**, no dia **21/10/2023**, tendo como local: Sindicato dos Bancários, Rua do comércio, nº535, Bairro: Centro, em única sessão com a primeira chamada às 09:00hs e, em segunda chamada, às 09h30min, com qualquer número de trabalhadores presentes para deliberarem a seguinte ordem do dia: **01 – Apresentação, debates e deliberações sobre as propostas relativas à Convenção Coletiva de Trabalho 2024-2025 campanha salarial e 02 - Assuntos gerais.**

Porto Alegre, 11 de Outubro 2023.

Loreni dos Santos Dias - Presidente

Fonte: SINDVIGILANTES DO SUL

LIVE

TEMAS:

- 17ª CONFERÊNCIA NACIONAL DOS VIGILANTES
- CAMPANHA SALARIAL 2024
- CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL

16/10

19:30 horas

@advresendesantiago
@iranmvictor

CONVIDADO

DR ODERLEY REZENDE
ADV. TRABALHISTA E PRESIDENTE DA COMISSÃO DO TRABALHO DA OAB

CONVIDADO

IRAN MARCOLINO
ASSESSOR CNTV

Dono da Gocil pegou R\$ 510 mi com BNB dias antes de pedir recuperação

Grupo do empresário Washington Cinel, dono da Gocil, pediu recuperação judicial em SP dias após obter empréstimos do BNB no Maranhão



Com dívidas que somam R\$ 1,76 bilhão, o empresário Washington Cinel, dono do grupo que controla a Gocil, uma das maiores empresas de segurança privada do país, pegou R\$ 510 milhões em empréstimos com uma agência do Banco do Nordeste (BNB) no Maranhão, dias antes de entrar com pedido de recuperação judicial (RJ) na Justiça de São Paulo, no fim de setembro.

Nas quatro cédulas de crédito bancário emitidas pelo BNB entre os dias 26 de julho e 21 de setembro, obtidas pelo Metrôpoles, Cinel dá como garantia a alienação de uma fazenda de 23 mil hectares — o equivalente a mais de 20 mil campos de futebol —, comprada por ele em 2022 e avaliada em R\$ 325 milhões. A propriedade fica no município de Balsas, o mesmo da agência que concedeu os empréstimos, no interior do Maranhão.

Oito dias depois dos últimos empréstimos do BNB, no valor de R\$ 32 milhões, o Grupo Handz, que pertence a Cinel e controla várias empresas, entre elas a Gocil e a Nova Olinda SPE, proprietária da fazenda no Maranhão, entrou com pedido de recuperação judicial (RJ) na Justiça paulista, alegando incapacidade de quitar dívidas com credores.

A operação feita pelo grupo de Cinel com o BNB chama a atenção por dois motivos principais: primeiro, pelo fato de a análise prévia de crédito feita pelo banco, praxe em todas as instituições, não detectar a grave situação financeira que levou o grupo empresarial a pedir recuperação judicial dias depois dos empréstimos, que reforçaram o caixa em mais de meio bilhão de reais.

Outro ponto é que, da maneira como foi feita, a operação com o Banco do Nordeste blinda a fazenda de Washington Cinel no Maranhão dos outros credores listados na RJ. Isso porque quando uma propriedade é usada como garantia em um empréstimo bancário, há jurisprudência nos tribunais superiores para reconhecê-lo como bem protegido dos efeitos de uma recuperação judicial.

Nesse caso, a própria defesa de Cinel afirmou à 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo que

o crédito tomado com uso da fazenda não está sujeito à recuperação. O juiz Paulo Furtado de Oliveira Filho ainda não decidiu se autoriza o início da recuperação judicial. Se for aceita, o grupo de empresas do bilionário paulista fica blindado de execuções de medidas de cobrança, como bloqueios de contas e de bens.

Antes de decidir, é comum que os juízes determinem uma perícia para constatar se a empresa realmente está em atividade e evitar que a Justiça seja induzida a erro e endosse a recuperação de uma companhia falida.

Culpa da fazenda

No laudo pericial apresentado ao juiz, há um capítulo especial para a fazenda no Maranhão. Durante a diligência na sede da Gocil em São Paulo, a CEO Ângela Miyamura, relatou que um dos motivos da crise do grupo foi justamente a expansão da atividade agrícola da fazenda, que é recém-explorada e teve orçamento acima do previsto. Com os juros altos, segundo ela, houve um “desencontro de fluxo de caixa”.

Em visita à fazenda, os peritos afirmaram que há “forte presença de maquinário agrícola” e que “novas estradas estão sendo construídas”. Também estão sendo feitos alojamentos e refeitórios para os 139 funcionários. Segundo relatado aos peritos, haverá colheita de 12 mil hectares de soja e 1,3 mil hectares de arroz na fazenda de Cinel em Balsas, interior do Maranhão.

Ao pedir a recuperação judicial, a defesa de Washington Cinel afirma que, apesar de serem ramos totalmente diferentes, a segurança privada e as fazendas “dependem umas das outras para a continuidade de sua operação”. Ao todo, ele listou à Justiça cinco sociedades de empresas de produção rural que controla.

Ex-PM e jantares com políticos

Washington Cinel foi policial militar em São Paulo e abriu a Gocil nos anos 1980, para prestar segurança privada, após atuar nessa área para a Rede Globo, na região de Bauru. O negócio expandiu para 11 estados ao longo dos anos e tem, hoje, 20 mil funcionários. Atualmente, além de vigilância, o grupo oferece serviços como jardinagem, limpeza, entre outros terceirizados a empresas e governos.

Só do governo paulista, a Gocil recebeu mais de R\$ 100 milhões no ano passado, prestando serviço de vigilância em estações de trens da CPTM e em unidades habitacionais da CDHU.

Com o passar dos anos, a influência política de Cinel também cresceu. Foi na mansão dele nos Jardins, bairro rico paulistano, que o empresário promoveu o evento que lançou a candidatura de João Doria na eleição para prefeito da capital, em 2016, quando o então tucano e seu amigo foi eleito.

Durante o governo passado, Cinel também se aproximou de Jair Bolsonaro (PL) e foi o anfitrião de um jantar do ex-presidente com empresários paulistas, em 2021. Mesmo alinhado a Bolsonaro, ele não deixou de frequentar o Lide, grupo empresarial fundado por Doria e do qual já foi líder da área de segurança.

Procurado por meio do advogado Joel Thomaz Bastos, que atua na recuperação judicial, Washington Cinel não retornou até a publicação desta reportagem. O espaço segue aberto para manifestação.

O que diz o BNB

Questionado pelo Metrôpoles sobre os empréstimos concedidos ao grupo de Washington Cinel às vésperas da recuperação judicial, o BNB afirmou, por meio de nota, que “todo o processo seguiu rigorosamente os trâmites legais e normativos estabelecidos”.

“Vale ressaltar que, em situações de inadimplência e até mesmo nos casos de recuperação judicial, são adotadas as medidas necessárias para assegurar o ressarcimento do banco, em conformidade com as práticas comumente adotadas”, completou.

Na tarde desta sexta-feira (13/10), após a publicação da reportagem, o BNB afirmou que “não repassou R\$ 510 milhões presentes nas cédulas de crédito às quais o Metrôpoles obteve acesso às vésperas do grupo de Cinel entrar em recuperação judicial”.

Segundo o banco, “todo recurso efetivamente repassado pelo BNB somou R\$ 188 milhões, sendo que R\$ 156 milhões foram creditados em 2022 e R\$ 32 milhões, este ano.” Ainda de acordo com a instituição, “todo o processo seguiu rigorosamente os trâmites legais e normativos estabelecidos”.

Na noite desta sexta-feira (13/10), o Grupo Handz enviou uma nota ao Metrôpoles afirmando que as informações da reportagem, “não procedem e estão totalmente incorretas”, sem detalhar quais seriam as informações consideradas corretas.

“O Grupo não pode se manifestar em relação a dados econômico-financeiros devido ao processo de recuperação judicial em andamento”, alegou.

A reportagem do Metrôpoles está baseada em documentos do próprio banco que foram anexados ao processo de recuperação judicial do grupo de Washington Cinel.

Durante o governo Bolsonaro, o Banco do Nordeste foi presidido por um indicado do presidente do PL, Valdemar Costa Neto. No governo Lula, o banco passou a ser comandado pelo ex-governador de Pernambuco Paulo Câmara, que foi do PSB. Atualmente, a instituição também tem indicados do PT.

FONTE: METROPOLES - Luiz Vassallo

CUT orienta seus filiados sobre a cobrança de contribuição negocial/assistencial

Orientação da Executiva Nacional da CUT visa promover as melhores práticas sindicais

REPRODUÇÃO



Executiva Nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em nota, faz recomendações aos seus sindicatos filiados em como proceder após a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), de que é constitucional a contribuição assistencial/negocial dos trabalhadores e trabalhadoras

filiados, ou não.

A Central entende que é preciso esclarecimentos, a fim de promover as melhores práticas sindicais e obter os melhores resultados decorrentes da ação sindical efetiva e dos processos de negociação.

Leia a nota na íntegra

Recentemente, o Supremo Tribunal Federal decidiu sobre a constitucionalidade da cobrança de contribuição assistencial/negocial, nos seguintes termos: “É constitucional a instituição, por acordo ou convenção coletivos, de contribuições assistenciais a serem impostas a todos os empregados da categoria, ainda que não sindicalizados, desde que assegurado o direito de oposição.”

Após a decisão, alguns veículos de imprensa e projetos de lei apresentados de afogadilho no Congresso Nacional vem provocando desinformação, seja por vincularem a contribuição assistencial ao antigo imposto sindical, seja por passar a impressão de que se trata de um desconto fixo, devido por todos, e que exige manifestação individual, desvinculado dos processos de negociação efetivos para cada categoria.

A Central Única dos Trabalhadores, tendo em vista o seu compromisso com a autonomia sindical, com a valorização da negociação coletiva e com o fortalecimento

dos sindicatos, a fim de promover as melhores práticas sindicais e obter os melhores resultados decorrentes da ação sindical efetiva e dos processos de negociação, vem orientar as suas entidades filiadas a partir das seguintes premissas:

A contribuição negocial/assistencial decorre de processo de negociação coletiva e a ele se vincula. A CUT não recomenda realização de assembleias desvinculadas de processos de negociação coletiva para fins de aprovação de contribuição negocial/assistencial.

1. As assembleias deverão ser convocadas nos termos dos estatutos de cada entidade, observando-se, para isso, divulgação e formas de participação para sindicalizados e não sindicalizados.

2. Não se considera razoável a fixação de percentual de desconto mensal que possa caracterizar forma direta ou indireta de filiação obrigatória. Assim, a fixação de percentual de 1% ao mês para toda a categoria, sem limitação, durante toda a vigência da norma coletiva ou do ano civil está em desacordo com as boas práticas sindicais.

3. Cada entidade sindical tem autonomia para a convocação de assembleia e a aprovação do conteúdo dos acordos e convenções coletivos, bem como, para estabelecer os mecanismos de efetiva participação na assembleia convocada para deliberar sobre esse ponto, reforçando a importância de que o instrumento coletivo mantenha a integridade das cláusulas normativas e bilaterais, de aplicação geral para sindicalizados e não sindicalizados, e estabeleça as condições para o desconto.

4. Recomenda-se divulgação ampla do resultado negocial, em especial das cláusulas e condições que são superiores ao previsto na legislação, assegurando, para fins de deliberação, o direito de manifestação em oposição, observadas as condições de cada categoria e o seu efetivo processo e histórico de negociação coletiva.

5. Em nenhuma hipótese deve-se admitir a entrega de oposição ao desconto de contribuição negocial/assistencial, decorrente de negociação coletiva, diretamente para a empresa, caracterizando, nessa hipótese, prática abusiva e antissindical.

6. Que não se pratique cobranças abusivas e que fujam dos padrões de razoabilidade e proporcionalidade relacionados ao contexto socioeconômico da categoria. Eventuais questionamentos sobre cláusula de contribuição assistencial, negocial ou seu equivalente devem ser examinados a partir do quadro concreto em que se desenvolveu o processo de negociação coletiva, evitando que práticas localizadas contaminem o sistema como um todo.

7. Estímulo à entrega de cartas individuais de oposição é igualmente considerado prática abusiva e antissindical;

8. A CUT é signatária do 1º Termo de Autorregulação Sindical – TACS, firmado unitariamente pelas Centrais sindicais. Em sendo assim, constituída a ouvidoria e recebendo denúncia de eventual prática abusiva, de entidade filiada, tomará as providências de apuração, instando procedimento de autorregulação e, em sendo denunciada prática antissindical de empresa ou sindicato patronal, tomará as providências para que sejam acionadas e devidamente responsabilizadas.

9. A CUT segue no firme propósito do fortalecimento da autonomia sindical, da implementação da autorregulação e tomará todas as providências para torná-la efetiva, acionando mecanismos internos para correção de eventuais práticas desconformes.

Executiva Nacional da CUT
São Paulo, 10 de outubro de 202
FONTE: CUT

“Passou da hora” do Brasil discutir jornada de 4 dias, diz ministro do Trabalho



Ministro Luiz Marinho. Rafa Neddermeyer/Agência Brasil

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, reforçou a sua posição favorável à jornada de trabalho de quatro dias por semana, durante audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado na segunda-feira (9). A reunião foi presidida pelo senador Paulo Paim (PT-RS).

“O debate da redução da jornada é importantíssimo. Não é um debate de governo, é um debate para a sociedade e quem dá a palavra final é o parlamento”, observou.

Marinho ressaltou que ainda não conversou diretamente com o presidente Lula (PT), mas acredita que o governante não iria se opor à discussão. O ministro também defendeu que o Congresso Nacional passe a discutir o tema.

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

“Eu acredito que passou da hora de discutir. Não tratei disso com o presidente Lula. É a minha opinião, não do governo. Mas tenho certeza de que o presidente Lula não iria bloquear um debate que a sociedade reivindique”, disse o ministro.

Ele também frisou que a possibilidade já é debatida em outros países e já há experiências no Brasil de empresas adotando a nova jornada de trabalho. É o caso de projetos-piloto instaurados pela organização sem fins lucrativos 4 Day Week, que conduz testes globais sobre a carga horária reduzida, e a brasileira Reconnect Happiness at Work.

Benefícios

Entre os motivos apontados por quem defende a redução da jornada de trabalho estão aumento da produtividade e das receitas, elevação do bem-estar e da qualidade de vida dos trabalhadores, redução do desemprego e do absenteísmo,

Além disso, a medida ajuda a proteger o meio ambiente, visto que menos dias de trabalho implicam em menor locomoção e redução do uso de meios de transporte.

Foto: Geraldo Magela / Agência Senado

Fonte: CUT-RS com Revista Fórum

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF